22/01/2014 00h25 - Atualizado em 22/01/2014 01h20

AFP

Parlamento da França aprova flexibilização do direito ao aborto

Cerca de 220 mil abortos são realizados todos os anos no país. Interrupção voluntária da gravidez foi legalizada em 1975.

Da France Presse

Tweetar 47 Recomendar 30

Manifestantes anti-aborto foram às ruas de Paris no dia 19 de janeiro (Foto: AFP)

Depois da Espanha, onde um anteprojeto de lei propõe limitar estritamente o direito de aborto, a polêmica sobre a interrupção voluntária da gravidez ganha força na **França**, com a aprovação pelo Parlamento, nesta terça (21), de uma emenda que amplia esse direito.

A votação do artigo do projeto de lei sobre a igualdade homens-mulheres, que suprime a noção de "desamparo" para uma mulher que quiser solicitar um aborto, aconteceu após um acalorado debate de mais de duas horas.

A emenda apresentada na Assembleia Nacional francesa (Câmara Baixa) prevê que uma mulher tem o direito a abortar, se "não desejar prosseguir com a gravidez". Até agora, a lei estipulava que a mulher deveria estar "em situação de desamparo", em consequência da gestação.

saiba mais

Milhares protestam nas ruas de Paris contra direito ao aborto

Leia mais notícias sobre a França

Essa referência é "obsoleta", considerou a ministra dos Direitos das Mulheres, Najat Vallaud-Belkacem.

Uma parte da direita francesa se opõe ao que considera um questionamento do compromisso que levou - quando ela estava no poder - à adoção da lei de 1975, após longo processo legislativo e debates intensos.

"Ao optar por reescrever a lei de 1975 sobre a interrupção voluntária da gravidez, o governo comete uma falta moral e política", atacou o ex-primeiro-ministro conservador François Fillon.

Mundo
veja tudo sobre ›

Últimas notícias +

G1 primeira página

Descarrilamento de trem no Rio afeta sistema ferroviário
ACOMPANHE AO VIVO. Problema foi na altura da estação de São Cristóvão.

Polícia prende suspeitos de planejar novos ataques no Maranhão

Jovem morre afogado no DF após enchente inundar carro

n fosso do Congresso

cham avenidas na Leste/Sul de SP

os destaques ›

Shopping

"Falta moral, porque corre o risco de banalizar o aborto", que "deve ser uma exceção". E "falta política", porque pode "dividir os franceses mais uma vez", justificou o ex-premiê.

Em resposta, vários deputados do principal partido da direita (UMP, de oposição) apresentaram outra emenda à lei, para propor que a interrupção voluntária da gravidez deixe de ser reembolsada pelo sistema público de saúde, se a noção de "desamparo" não for mantida.

Apesar da posição desse grupo de deputados, as bancadas da UMP e do UDI (centro) votarão majoritariamente em favor do fim da condição de "desamparo" - anunciaram as lideranças partidárias.

O líder da bancada de deputados da UMP, Christian Jacob, disse que a apresentação da emenda sobre o fim do reembolso é "uma iniciativa totalmente isolada".

Já a dirigente da Frente Nacional (ultradireita), Marine Le Pen, denunciou o projeto da esquerda, alegando que leva o aborto para uma "banalização total".

Cerca de 220 mil abortos são realizados todos os anos na França, onde a interrupção voluntária da gravidez foi legalizada em 1975. Desde janeiro de 2013, a prática é totalmente reembolsada pelo Seguridade Social.

compare preços de
Comparar
veja todos os produtos »

PUBLICIDADE

Link http://glo.bo/LQYduC

SHOPPING NETSHOES ofertas
netshoes
busque por produtos buscar